

DESAFIOS EFPCs 2019

Investimentos e Solvência



O jornal diário dos
ancepianos.
4 de fevereiro- 8h30

REGIONALIZAÇÃO AUMENTA O PÚBLICO PRESENTE AOS EVENTOS



O depoimento vem da comandante de uma das maiores entidades do Nordeste e que aparece com destaque no contexto nacional, mostrando que obter e manter um elevado grau de qualificação é um desafio cada vez maior para muitos profissionais e que a ANCEP está presente para ajudar. Diz Isolda Jardelino, diretora-presidente da BANDEPREV - Bandepe Previdência Social, que além do alto conteúdo técnico, assegurado por instrutores preparados e dedicados à missão de instruir, a programação de cursos da Associação facilita a participação de um público maior levando os eventos a todas as regiões do País.

São cursos objetivos e apresentados de forma espalhada por todo o País, o que significa redução de custos e menor gasto de tempo com deslocamentos. A primeira série de eventos de 2019, por exemplo, em janeiro, foi levada a nada menos de uma dezena de cidades. "A ANCEP de fato mostra entender a importância da regionalização dos eventos", nota Isolda.

Os maiores desafios de 2019 - Isso com certeza será mais uma vez mostrado na nova série de eventos agendada para acontecer em fevereiro e março.

Encerrada a série de 10 eventos que em janeiro focaram no encerramento do exercício de 2018 e no detalhamento de uma das maiores conquistas do sistema no ano passado, a possibilidade do uso de CNPJ por plano, as atenções dos ancepianos se concentram em um conjunto de seminários voltados para alguns dos principais desafios de nossos profissionais em 2019, a saber, potencializar o retorno dos investimentos em um ambiente de juros baixos e o risco de que qualquer passo em falso, em um cenário de pouca gordura para queimar, possa ameaçar a solvência dos planos.

O Ciclo de Treinamentos Mercer-Ancep 2019 prevê a realização, em fevereiro e março, de uma série de seminários sob o título **Desafios EFPCs 2019: Investimentos e Solvência**. Os eventos serão distribuídos entre as cidades de São Paulo, Rio de Janeiro, Brasília, Recife e Porto Alegre e deles participarão nomes de peso da Mercer, conhecedores profundos dos temas, como Antônio Fernando Gazzoni, Wagner Kladt, Frederico Vieira e Tiago Calçada.

O seminário será apresentado em **Porto Alegre** (11 de fevereiro), **Recife** (15 de fevereiro), **Brasília** (19 de fevereiro), **Rio de Janeiro** (12 de março) e **São Paulo** (13 de março).

Petros busca negociar um de seus FIPs

A Petros está prestes a concluir uma negociação para venda, no mercado secundário, de quotas de um dos Fundos de Investimento em Participações (FIP) que possui em sua carteira. Se tiver sucesso, a iniciativa será inédita entre os fundos de pensão, e pode servir como estratégia madura de desinvestimentos no segmento, disse em entrevista ao **VALOR ECONÔMICO** o presidente da fundação, Daniel Lima. "Estamos tendo sucesso em algumas negociações", afirmou. Sem dar mais detalhes sobre o negócio, o executivo acrescentou que espera concluir a primeira venda dentro de algumas semanas, o que chamou de "projeto piloto".

Não haveria empecilhos de realizar vendas de ativos que tenham alguma pendência judicial. "Se o comprador tiver interesse na questão judicial, depende, comenta Lima. Em termos de valores, a aplicação em FIPs atualmente é pequena comparada ao patrimônio total da Petros, de R\$ 86 bilhões. A Petros tem 30 FIPs que em novembro de 2018 representavam R\$ 1,3 bilhão, e mantê-los na carteira não custa barato, especialmente em termos de custo "de observância". Ao longo dos últimos anos, já foram feitas as baixas contábeis nos balanços da fundação, alguns até mesmo com avaliação negativa.

Segundo o executivo, uma potencial venda de qualquer participação na companhia vai depender das condições de mercado. "Não é verdade que precisamos sair de 15% [de uma empresa] para zero. Tem ajuste nas posições que vamos fazer. Não devemos sair de Vale, mas é bem possível que vamos vender alguma coisa no PPSP", disse Lima, em entrevista concedida na sede de Petros, antes da tragédia em Brumadinho (MG). O executivo não descarta que a venda possa ser feita em conjunto com outros fundos de pensão. "A grande parte da exposição está em Litel, é importante o alinhamento entre as entidades. É uma posição relevante. Vamos conseguir um melhor 'deal' negociando conjuntamente."

Com o forte recuo das ações da mineradora após o rompimento da barragem, a Petros esclareceu que sua concentração em Vale está dentro dos parâmetros de risco. Também informou que a suspensão dos dividendos anunciada pela empresa não compromete a liquidez do fundo de pensão.

Petros: novo plano ajuda a resolver problema de déficit

A criação de um novo plano de contribuição definida (CD) para substituir o PPSP, de benefício definido, é uma alternativa para enfrentar a realidade do plano deficitário da Petros. O quanto antes ele for aprovado, será melhor, na visão do presidente do fundo de pensão, Daniel Lima, registra o **VALOR ECONÔMICO**.

A proposta de migração é da Petrobras, patrocinadora do PPSP. A principal vantagem na troca é o fim dos descontos extraordinários no salário para cobrir déficits - o plano de benefício definido tem resultado negativo de R\$ 27,7 bilhões até o final de 2017, que exige contribuições extras dos participantes e da patrocinadora.

A Petros é um fundo de pensão multipatrocinado e atualmente administra 39 planos. Por isso, na visão do presidente, não haveria problema em administrar mais um, independentemente do seu tamanho. "A massa mínima para administrar um plano a mais é muito pequena", disse Lima.

Fundo de pensão japonês perde 9,1%

O Fundo de Investimento de Pensões do Governo (GPIF, na sigla em inglês) do Japão, o maior do mundo, registou uma perda de 9,1% nos seus investimentos no último trimestre de 2018, noticiam a **AGÊNCIA BLOOMBERG**.

O prejuízo nesse período somou 14,8 bilhões de ienes. Tanto em termos percentuais quanto absolutos, trata-se da maior perda trimestral desde a criação do fundo de pensão público em 2001. O passo em falso foi basicamente atribuído às preocupações em relação ao ritmo de crescimento da economia global e a repercussão de balanços corporativos, fatores que impactaram a sua carteira de ações japonesas e estrangeiras.

A América Latina ajusta a sua previdência

Como acompanhamos de perto a Previdência na América Latina, seja em sua vertente capitalizada ou não, interessa o editorial de hoje do jornal **DCI** lembrando que ao longo da próxima década e para além dela, os sistemas de previdência pública na América Latina sofrerão pressões à medida que a população envelhece e que a relação entre o número de aposentados e a população em idade ativa no mercado de trabalho aumenta, afirma a Moody's Investors Service em um novo relatório divulgado na última sexta-feira (1).

Além de Brasil, Colômbia e Argentina, os gastos com aposentadorias e pensões de trabalhadores dos setores público e privado também representam problema para as contas do Chile e Uruguai, segundo a Moody's. Ainda segundo a agência, o problema é maior no Brasil e na Argentina, com risco de deterioração fiscal. Colômbia e Uruguai seguem na lista, com o Chile, em melhor situação por causa da sólida posição fiscal do governo e o baixo nível de endividamento.

Sobre o mesmo assunto, a página da **BBC Brasil** traz matéria que abre chamando a atenção para o fato de que pelo menos quatro países da América Latina que têm sistemas de aposentadoria com regimes de capitalização - Chile, Colômbia, México e Peru - têm revisado seus modelos nos últimos anos e, em alguns casos, proposto mudanças na legislação previdenciária. Cada um deles se deparou com pelo menos um grande problema: ou o valor dos benefícios recebidos pelos aposentados era muito baixo ou o alcance do sistema se revelou muito restrito, o que deixaria um percentual significativo da população sem aposentadoria no futuro.

O principal problema do modelo chileno é baixo valor dos benefícios. De acordo com Felipe Bruno, líder de Previdência da consultoria Mercer no Brasil, nove em cada dez aposentados no país recebe o equivalente a menos de 60% de um salário mínimo, que hoje é de cerca de US\$ 450. A principal razão para isso, segundo Guillermo Larráin, professor da Universidade do Chile, é o fato de que as contribuições feitas pelos trabalhadores - hoje de 10% do salário - não são suficientes para garantir uma renda que satisfaça as necessidades básicas dos chilenos aposentados. Apenas para efeito de comparação - já que o modelo brasileiro é essencialmente diferente do que vigora no vizinho -, a contribuição previdenciária paga pelos empregados no Brasil vai de 8% a 11% da remuneração, mas as empresas recolhem para o INSS o equivalente a 20% do salário do funcionário. Além da questão da contribuição em si, as oscilações constantes da economia chilena - que, como a maioria dos países do continente, alterna ciclos de crescimento com períodos de crise - prejudicaram a rentabilidade dos fundos de pensão. Felipe Bruno, da Mercer, ressalta ainda o fato de que há pouca concorrência entre gestoras de fundos de pensão no país, que cobram taxas de administração muitas vezes elevadas e que muitas vezes são pouco transparentes.

Em outubro de 2018, o presidente Sebastián Piñera encaminhou ao Congresso uma proposta de reforma que prevê um aumento gradual da alíquota previdenciária de 10% para 14%. A diferença seria paga pelas empresas, que até então só contribuía em casos de profissões insalubres.

No México e na Colômbia, 7 em cada 10 trabalhadores corre o risco de ficar sem aposentadoria. O sistema de aposentadorias mexicano está entre os piores no ranking feito pela consultoria Mercer. Entre 34 países, ocupa a 32ª posição - atrás apenas de Índia e Argentina. O Brasil está no 21º lugar do ranking de 2018, com boa pontuação no quesito adequação e uma das piores notas em sustentabilidade.

